



VILAREALSTºANTONIO

1  
HélcGsl.  
A

## ATA Nº. 26/2018

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 23 de outubro de 2018.

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2018, na Sala de Atos da Casa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Presidente, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, comigo, Hélia Marina Mestre Valente da Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, compareceram, pelas nove horas e quinze minutos, os Srs. Vereadores Luis Miguel Guerreiro Romão, Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas, Rui Carlos Piloto Pires, António Maria Farinha Murta, Cristina Nogueira Mira e Álvaro Filipe Madeira Leal, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DE ATAS;
- AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;
- FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS;
- LANÇAMENTO DA DERRAMA 2018;
- PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS;
- TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM 2019;
- COEFICIENTE DE ATUALIZAÇÃO DE RENDAS PARA VIGORAR EM 2019;

- FINANCIAMENTO DA BRIGADA DE SAPADORES FLORESTAIS;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - GAVETO DAS RUAS DO EXÉRCITO, JOSÉ BARÃO E PRINCESA, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: GRACINDA MARIA SILVA;
- PROTOCOLO PARA TRATAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO - GLÓRIA FUTEBOL CLUBE;
- ACORDO DE COOPERAÇÃO DA REDE INTERMUNICIPAL DAS BIBLIOTECAS DO ALGARVE (BIBAL);
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 1.775.460,22 € (um milhão setecentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta euros e vinte e dois cêntimos).

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Vereador António Murta apresentou as suas condolências à Sra. Presidente, em nome pessoal, lamentando o sucedido.

Relembrou que continuam em falta as respostas aos vários requerimentos apresentados.

3  
Hélio G. S.  
N

Referiu que durante este 1.º ano de mandato foi referido que se iria realizar uma auditoria à Câmara Municipal, assim pergunta se há algum relatório e em caso afirmativo solicitou que fosse dado conhecimento do seu conteúdo aos Vereadores.

No que se refere ao Plano de Ocupação do Espaço Público na zona norte da cidade de Vila Real de Santo António, sem que tenha havido audição dos munícipes; agora que vai avançar para a zona sul, pergunta se o procedimento vai ser diferente, e se os munícipes iriam ser auscultados sobre esta matéria. Tendo constatado que imediatamente após à aprovação do Plano surgiram ocupações como se tivessem tido conhecimento prévio do seu conteúdo.

Quanto ao contrato do Técnico Sr. David Santos, pelo Sr. Vereador foi questionado o conteúdo da sua prestação, se ainda se mantém que tipo de trabalho faz para o Município, numa altura de “aperto de cinto”.

Deu conhecimento que se tinha deslocado ao molho e verificado que estão a decorrer obras, sendo do seu conhecimento a assinatura de Protocolos entre a Câmara Municipal e a Docapesca, ainda no decurso do anterior mandato, pergunta se os mesmos têm a ver exclusivamente com o arranjo do molho ou se incluem também a zona do cais de embarque para Ayamonte que está muito degradado.

Referiu ainda que no anterior mandato foi alienado um terreno na zona junto aos pescadores em Monte Gordo para construção de um Hotel (Hotel Meliá), pelo que solicitou esclarecimentos sobre o cheque no valor de 3.600 milhões, se está guardado, se entrou nas contas da Câmara Municipal ou da SGU, e em que ponto está a situação do processo de construção do Hotel.

4  
HeicGsh.  
N

Alertou para as condições de instalação dos postes de iluminação pública com painéis solares instalados na Avenida das Comunidades Portuguesas (uma boa medida de poupança de energia), porém é com desagrado que constata o desaparecimento dos globos de iluminação tendo ficado apenas os postes com os painéis, que não servem para nada, apenas servem para enganar os munícipes que pensam que os mesmos estão a gerar energia fotovoltaica.

Relativamente à carta que recebeu da Associação Naval do Guadiana, referiu que quando foi aprovado a medida de Apoio ao Associativismo, foi no pressuposto de que tinha havido reuniões prévias com os Clubes para que se pronunciassem, no sentido de haver transparência e para saberem com o que contam, mas verificou-se que tal não aconteceu.

A Sra. Presidente procedeu à entrega da informação relativa ao requerimento apresentado pelas Sras. Vereadoras do Partido Socialista na reunião ordinária de 25 de setembro de 2018, sobre os apoios aos alunos do primeiro ciclo, documento que que anexo ao final da presente ata, e informou que as respostas em falta aos requerimentos estão a ser preparadas.

A Sra. Presidente informou o seguinte:

A auditoria que está a ser efetuada, todo o trabalho que está a ser realizado, é com o FAM e o Gestor que foi aconselhado por aqueles para trabalhar com a Câmara Municipal. Está a ser preparado o último relatório, que vai ser entregue e ficará disponível no site do FAM;

A Sr.<sup>a</sup> Presidente tomou a iniciativa de solicitar aos representantes do FAM uma reunião conjunta com todos os vereadores deste executivo.

Sobre o Plano de ocupação do espaço público, à semelhança do que se passou na zona norte, também os da zona sul irão ser consultados. O Café "O Vezinho" iniciou a obra e teve que voltar atrás porque não estava de acordo com o plano de ocupação aprovado.

O contrato com o Engenheiro David Santos, foi por este rescindido, no entanto, ainda continua a colaborar na finalização do Regulamento do PDM que está praticamente concluído. Era uma prestação de serviço via SGU e que está terminada.

As obras no molho são da responsabilidade da DGRM e já foram iniciadas. Já se fez chegar informação à Sra. Ministro do Mar que um cais foi reabilitado e o outro necessita urgentemente de ser reabilitado.

A questão do cheque recebido pela alienação da parcela de terreno para a construção de um Hotel em Monte Gordo, o mesmo está guardado. Mas o mais importante é saber porque o Hotel não avança, é uma mais-valia para o concelho; já várias vezes tentámos reunir, mas só uma vez fomos atendidos pelo Sr. Ministro do Ambiente; os Srs. Vereadores do Partido Socialista, que são do partido do Governo deveriam pressionar para avançar com a unidade hoteleira, que iria promover e aumentar a qualidade do turismo. Se o Sr. Ministro do Ambiente não nos der uma resposta positiva, nós a Câmara Municipal vamos avançar com um pedido de indemnização ao Estado.

Quanto à Avenida das Comunidades Portuguesas, realmente estão as placas solares e não é com agrado que se assiste à degradação dos candeeiros assim como das placas. A situação está entregue ao cuidado do Sr. Engenheiro Livramento que está a estudar com a Casa Ferreira a relocalização das respetivas baterias.

Relativamente ao regulamento de apoio ao associativismo, ainda estamos a reunir individualmente com os Clubes, sem prejuízo do documento já ter sido aprovado.

O Sr. Vereador Luis Romão esclareceu que o plano que foi aprovado para o espaço público da zona norte foi feito em função dos pedidos que foram entregues na Câmara Municipal por parte de alguns proprietários de estabelecimento de restauração e/ou bebidas. Existem três que já estão a avançar com as esplanadas, e um deles avançou de forma incorreta não respeitando o plano, teve que retirar logo tudo. Com este plano aproveitou-se para regularizar algumas situações e para prever eventuais situações que possam vir a acontecer no futuro.

O Sr. Vereador Álvaro Leal referiu que já entendeu a situação do Hotel Guadiana, não tendo entendido o porquê da realocização das tendas da feira da frente do Hotel para junto à Marina, fazendo com que as pessoas pisassem as zonas verdes.

Teve conhecimento que os inquilinos da Câmara Municipal receberam ofícios a propor a venda das habitações, então questionou o que irá acontecer àqueles que não as adquirirem, ficarão sujeitos a um aumento da renda, uma vez que os preços de venda não serem apetecíveis

As obras em Monte Gordo, já está definido o calendário para o seu recomeço.

Questiona ainda se já existe decisão quanto à privatização das águas. A posição do FAM é contra a concessão, se nalguns casos é tida em consideração, porquê não se aderir neste caso.

Aquando da aprovação do regulamento de apoio aos Clubes o Sr. Vereador votou contra, por considerar que não é nos Clubes e Associações que se deve começar a reestruturação financeira, existem outras situações prioritárias.

Solicitou que lhe fosse facultada cópia de todos os recibos que o Sr. Engenheiro David Santos emitiu.

7  
Helicópt.  
A

Ficou agradado com a informação sobre a reunião com os representantes do FAM.

Relembrou que continuam em falta algumas das respostas aos requerimentos apresentados, assim como ao pedido de esclarecimento sobre a alteração ao alvará de loteamento nº. 8/89 e ocupação dos lotes 11-A e 12-B.

A Sra. Presidente esclareceu que a venda dos fogos de habitação social foi uma sugestão apresentada pelo FAM, se alguns munícipes que residem nos fogos quisessem adquirir poderiam fazê-lo. Neste sentido foram enviados ofícios para quem estivesse interessado na compra, com a informação de que ao preço de venda seriam descontados os montantes pagos a título de renda. Aqueles que não adquirirem ficarão no imóvel nas mesmas condições em que se encontravam, sendo que as rendas serão atualizadas de acordo com a tabela em vigor.

Quanto às obras em Monte Gordo, já houve reunião com a MAJA e reiniciar-se-ão no final do mês de outubro.

A deslocação das tendas da feira junto ao Hotel Guadiana, foi no pressuposto de que passasse nas inspeções e reabrisse nessa altura; no entanto não existiram quaisquer reclamações.

Não existe qualquer problema com a concessão das águas, que aliás foi aprovada no decurso do mandato anterior, a mesma só ainda não avançou por uma questão contabilística relativa à SGU e Câmara Municipal.

A prestação de serviços do Sr. Engenheiro David Santos já terminou, sem prejuízo dos trabalhos que perduraram para além do seu termo e que se prendem com a conclusão da revisão do PDM, estando disponível para colaborar sempre que seja necessário.

Quanto ao loteamento nº. 8/89 e ocupação dos lotes 11-A e 12-B, pedimos ao proprietário para não avançar com as obras e vai ter que demolir. De qualquer forma, é uma situação que tem de ser avaliada pelos serviços da Divisão de Urbanismo e Espaço Público.

A Sra. Presidente esclareceu que o FAM solicitou que a Câmara Municipal cobrasse a todos os Clubes pelas utilizações dos equipamentos municipais, ao que o executivo retorquiu tendo chegado a um entendimento dos Clubes e Associações apenas suportarem os custos com o fornecimento de água e luz.

A Câmara Municipal necessita da verba da concessão das águas.

A Sra. Vereadora Cristina Mira questionou sobre o que está programado para os jardins de Monte Gordo; o que se passou com a recolha do lixo durante o evento da Feira da Praia; e alertou para a existência de um buraco na entrada de Vila Real de Santo António, prolongamento da EN122, que foi tapado mas que com as chuvas voltou a agravar-se.

Solicitou que lhe fosse facultada cópia do aviso de concurso de gestão e exploração do Hotel Guadiana.

O Sr. Vereador António Murta solicitou que lhe fosse facultado fotocópias dos Protocolos assinados com a Docapesca no anterior mandato. Questionou se o cheque de 3 milhões e 600 mil euros está na conta da SGU ou da Câmara Municipal.

Retorquiu ao repto para os Vereadores pressionarem o Governo por causa da construção do Hotel em Monte Gordo, uma vez que os Vereadores do PS estão contra por se tratar de uma operação ilegal, mais, é um terreno do domínio público marítimo.

Por outro lado, como está acautelada a situação da empresa vir a requerer a devolução da quantia acrescida de juros e eventuais custos.



Sobre a privatização ou concessão das águas, referiu que a Câmara Municipal e a SGU devem à Empresa Águas do Algarve cerca de 20 milhões.

O Sr. Vereador Álvaro Leal sugeriu que a reunião extraordinária para aprovação do orçamento fosse à porta aberta.

A Sra. Presidente referiu que a localização do Hotel foi prevista com base no PDM aprovado no tempo em que o Sr. Vereador era o Presidente da Câmara Municipal e está na mesma linha que os outros Hotéis já existentes.

No que se refere aos eventuais problemas de recolha do lixo, alertou para o facto da quantidade do lixo não ser quantificada pelas redes sociais, as fotografias que circulam nas redes sociais foram tiradas às 07 horas sendo que às 08 horas já estava recolhido; por outro lado, dos 20 funcionários afetos àquela função, 10 estavam de baixa, pelo que a situação do lixo esteve mais complexa mas foi sempre recolhido.

Os jardins em Monte Gordo vão ser requalificados; quanto ao desnível identificado na entrada de acesso a Vila Real de Santo António, prolongamento da E.N. 122, foi motivada por uma rotura e para a sua total reparação aguarda-se o fornecimento da massa asfáltica.

O concurso para exploração do Hotel foi lançado em 2013.

Por último o Sr. Vereador António Murta retorquiu convidando a Sra. Presidente a consultar as plantas do PDM, verificando que o que estava previsto para aquele local era um apoio de praia com um piso e que agora transformaram em 4 pisos.

**DELIBERAÇÕES:** - Foram tomadas as seguintes deliberações:

**APROVAÇÃO DE ATAS.**

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste Órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, por não terem estado presentes, aprovar a Ata n.º 20 da reunião ordinária realizada em 14 de agosto de 2018;

Por maioria, as abstenções dos Srs. Vereadores Cristina Mira e Álvaro Leal, por não terem estado presentes, aprovar a Ata n.º 21 da reunião ordinária realizada em 28 de agosto de 2018.

## AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores António Murta, Cristina Mira e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, documento que faz parte integrante da presente ata, no sentido de:

1 – Autorizar o acréscimo, a título excecional, aos fundos disponíveis de outros montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

2 – Submeter a autorização prévia da Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal nos seguintes casos:

- a) Compromissos que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;

3 – A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

4 – A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no Âmbito de contratação pública.

5 – O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2, a assumir, ou já assumidas desde o dia 17 de outubro de 2017 (instalação da Câmara Municipal).

6 – Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

7 – Submeter a autorização prévia da Assembleia Municipal a assunção de compromissos, por parte da Câmara Municipal considerados urgentes e inadiáveis, nomeadamente no âmbito das seguintes matérias:

- Refeições escolares;
- Transportes escolares;
- Apoio social e alimentar;
- Editais (de publicações legalmente exigidas)
- Desinfestações;
- Resolução de situações descritas pela proteção civil como situações que põem em causa a segurança e salubridade pública;

- Manutenção:
  - i) Viaturas;
  - ii) Edifícios;
  - iii) Maquinaria;
  - iv) Informática;
  - v) Arcas frigoríficas;
- Material de armazém:
  - i) Papel;
  - ii) Toner;
  - iii) Sacos para lixo e demais meios para a operacionalização deste serviço;
- Contratação de serviços em imóveis Municipais (públicos ou privados) que ponham em causa a segurança e a salubridade pública;
  - Iluminação Pública;
  - Plataforma de contratação pública;
  - Fundos de maneio.



## FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores António Murta, Cristina Mira e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser fixada a taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis no valor de 0.8% para prédios rústicos e de 0.50% para prédios avaliados no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, autorizar a majoração em 30% da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados na zona histórica de Vila Real de Santo António, e a não aplicabilidade da dedução fixa para agregados familiares com 1, 2, 3 ou mais dependentes e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira foi formulada a seguinte declaração de voto:

“O Partido Socialista vota contra esta proposta porque a mesma tem uma enorme carga económica sobre as famílias, mesmo decorrendo de obrigações legais a que a Câmara Municipal se encontra sujeita.

A proposta vem na sequência da total irresponsabilidade com que, desde 2005, tem sido gerido o Concelho, uma gestão desastrosa e danosa.

Desde 2005 estivemos sujeitos a uma gestão socialmente irresponsável para as famílias vila-realenses, uma política despesista e eleitoralista que teve como estratégia única a incessante procura de apoio eleitoral e não, como era obrigação dos órgãos eleitos, o desenvolvimento económico e social do Concelho.”



## LANÇAMENTO DA DERRAMA EXERCÍCIO DE 2018.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores António Murta, Cristina Mira e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizado o lançamento de uma derrama no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

## PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores António Murta, Cristina Mira e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser aprovada uma participação variável de 5% dos Sujeitos Passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida de deduções previstas no nº1 do artigo 78º do CIRS, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

## TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser aprovada a Taxa Municipal de Direito de Passagem para 2019, como compensação pelos direitos e encargos relativos à implementação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privados municipais. Ficou também aprovado que, em conformidade com o que é praticado por outros Municípios, e desde a sua criação, a taxa a vigorar para o ano de 2019 seja de 0,25% sobre cada fatura emitida para todos os clientes finais do Município de Vila Real de Santo António, e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, documento que faz parte integrante da presente ata.

## COEFICIENTE DE ATUALIZAÇÃO DE RENDAS PARA VIGORAR EM 2018.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizada a aplicação do Coeficiente de Atualização dos diversos tipo de arrendamento urbano para vigorar no ano civil de 2019 é de 1,0115 a todos os contratos em vigor nos imóveis propriedade do Município com exceção dos contratos de arrendamento efetuados há menos de um ano, bem como, os contratos celebrados em momento anterior à entrada em vigor no NRAU constante do Decreto-Lei n.º 321-B/90 de 15 de outubro, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.



17  
Hélicopt.  
N

## FINANCIAMENTO DA BRIGADA DE SAPADORES FLORESTAIS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de em complemento à deliberação deste órgão realizada no dia 25 de setembro de 2018, dar conhecimento à Assembleia Municipal da assunção da despesa plurianual, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - GAVETO DAS RUAS DO EXÉRCITO, JOSÉ BARÃO E PRINCESA, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: GRACINDA MARIA SILVA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação da fração autónoma, designada pela letra B, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8251, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 52,38 m<sup>2</sup>, destinado a habitação, localizado no Gaveto das ruas do Exército, José Barão e Princesa, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação jurídica, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



#### PROTOCOLO PARA TRATAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO – GLÓRIA FUTEBOL CLUBE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovado o Protocolo para tratamento da documentação – Glória Futebol Clube, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

#### ACORDO DE COOPERAÇÃO DA REDE INTERMUNICIPAL DAS BIBLIOTECAS DO ALGARVE (BIBAL).

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovado o Acordo de Cooperação da Rede Internacional das Bibliotecas do Algarve (BIBAL), documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

**DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA DE LURDES NUNES NETO.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

**DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – ROSA ISABEL HORTA RIBEIRO.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

**DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – DIANA GOMES NÉNÉ.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

20  
—  
Hélio G. S. L.  
A

**DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA MANUELA CUNHAL A. RAMALHO.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

**DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – CHRISTINE DAWSON.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

**DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – DANIELA BERTA RUFINO VAZ.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS –  
ASCENDINO SILVA MOREIRA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA  
ANTÓNIA PAULINA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – ESTEVÃO  
RAMOS MARQUES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.



## PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Registou-se a intervenção da Sra. Custódia Bonança, que reiterou a sua denúncia sobre uma obra ilegal na Urbanização António Vicente, na Manta Rota, solicitando um esclarecimento por parte dos serviços da Câmara Municipal, por escrito.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas e quarenta minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Hélio Marinho Mestre Valente de Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, a redigi, subscrevo e assino.

Mestre de Cam. G. Costa Gonçalves

Hélio Gsl.